



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA  
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS  
INTERDISCIPLINARES

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO  
MUNICÍPIO DE SOLÂNEA/PB

PUTIFAR IMPERIANO DA SILVA

GUARABIRA – PB

2014

PUTIFAR IMPERIANO DA SILVA

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS ESCOLAS PÚBLICAS  
DO MUNICÍPIO DE SOLÂNEA/PB

Monografia apresentado ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador:

Prof<sup>o</sup> Ms. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

GUARABIRA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, Putifar Imperiano da  
A Educação do campo nas escolas públicas do município de Solânea-PB [manuscrito] / Putifar Imperiano da Silva. - 2014.  
63 p. : il.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2014.

"Orientação: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, Letras".

1. Educação do Campo. 2. Escola do Campo. 3.  
Professores. I. Título.

21. ed. CDD 370.115

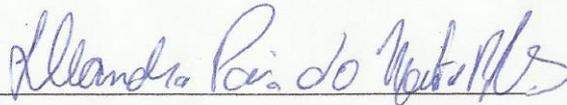
**PUTIFAR IMPERIANO DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO  
MUNICÍPIO DE SOLÂNEA/PB**

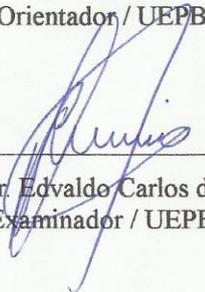
Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para cumprimento do curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares e elemento obrigatório para a obtenção do título de especialista.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora



Prof. Ms. Leandro Paiva do Monte Rodrigues  
Orientador / UEPB

  
Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima  
Examinador / UEPB  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciene Vieira de Arruda  
Examinador / UEPB

A Deus, ser supremo e único que me inspirou a realizar mais este trabalho.

À Maria de Fátima Felipe Imperiano, companheira de todos os momentos, com quem compartilho angústias e vitórias; aos filhos Kadja, Hycaro e Yure; aos netos Maria Fernanda, Kayky e Heloise que haverão de ver o mundo melhor.

Aos meus pais, Cícero Imperiano da Silva (*in memoriam*) por tudo que fez e pela falta que faz e Ângela Imperiano que primeiro me inspirou o desejo de saber, a todos os irmãos por estarem presentes em todos os instantes para alcançar este objetivo apoiando-me em todos os sentidos.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Deus que nos deu o direito de pensar, de agir e de analisar todos os fatos que se passam em torno de nós.

A minha família pelo Amor, Zelo e Compreensão e que, nas horas difíceis, sempre me aconselharam, dando-me segurança e proteção.

Ao Orientador Professor Ms. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (Universidade Estadual da Paraíba – Guarabira/PB), por sua dedicação, apoio e competência na transmissão dos conhecimentos durante todas as fases de orientação.

Ao professor Ademir Guilherme de Oliveira, professoras Maria Janice Lopes de Oliveira e Pollyanna Lopes Oliveira, pela colaboração e ajuda para realização deste trabalho.

A todos os servidores da UEPB – Campus Guarabira.

A todos os professores do Curso de Especialização, pelo esforço e dedicação na busca da construção coletiva do conhecimento no transcorrer do curso.

Aos meus amigos do curso, pelo companheirismo e amizade que sempre levarei na memória.

E a todos aqueles que acreditaram em mim, meus agradecimentos.

Não existirá democracia no Brasil enquanto não se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública.

Anísio Teixeira

## RESUMO

A Educação do Campo trata-se de uma modalidade de ensino vinculada à Educação Básica. É caracterizada pela sua especificidade quanto a oferta de ensino público, gratuito e de qualidade às populações camponesas. O presente estudo tem como objetivo investigar a prática educativa dos professores nas escolas públicas do campo do município de Solânea-PB. Durante a realização da pesquisa de campo foi empregada uma amostra de 20 (vinte) professores, a partir do universo de 80 (oitenta) docentes que atuam nas escolas do campo. Para tanto, foram aplicados junto aos professores, questionários com 14 (quatorze) questões em relação ao objeto de estudo. A partir da análise dos resultados constatou-se avanços significativos nas respostas dos entrevistados em relação às seguintes categorias: Tempo em que eles ensinam no município; Grau de formação do professor da escola do campo; Conhecimento do professor em torno dos conceitos e diretrizes da Educação do Campo; Concepção do professor sobre currículo; Currículo empregado nas escolas do campo e da cidade; Principais materiais utilizados no ensino; Se o currículo da escola do campo deve ser o mesmo utilizado pela escola urbana; Conhecimento referente ao Decreto nº 7.352/2010 que versa sobre a Educação do Campo; Visão do professor sobre a melhoria da prática educativa após as Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo; Metodologia mais empregada pelos professores na prática pedagógica da escola do campo; Se a LDB nº 9.394/96 permite que a escola do campo utilize calendário escolar específico e; Se o professor foi capacitado sobre as Diretrizes para as escolas do campo. Entretanto, é preciso um olhar crítico sobre a qualidade desses avanços e suas contribuições para a

melhoria da prática pedagógica nas escolas do campo. Por outro lado, os professores se posicionaram de forma preocupante em torno das seguintes questões: Se o professor mora no campo ou na cidade; Se o professor da escola do campo articula o conteúdo com a realidade do aluno e; Se o professor é contemplado com formação continuada sobre o tema educação do campo. Em síntese, há a necessidade de implementação, por parte do sistema de ensino, de um Plano Municipal que contemple um conjunto de ações voltadas para a formação continuada e a oferta das condições básicas para a realização da prática pedagógica dos professores e, conseqüentemente, a melhoria da aprendizagem do aluno, de acordo com a sua realidade campesina.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Escolas do Campo. Professores.

## ABSTRACT

The Field Education is in a teaching linked to basic education is characterized by its specificity as the provision of public, free and quality education to peasant populations. The present study aims to investigate the educational practice of teachers in public schools in the field of the municipality of Solânea-PB. While conducting field research was used a sample of twenty (20) teachers from the universe of eighty (80) teachers who work in schools field. For both, were applied to the teachers, questionnaires with fourteen (14) questions in relation to the object of study. From the analysis of the results it was found significant improvements in respondents' answers regarding the following categories : Weather in what they teach in the city ; Grade teacher training school field ; Teacher Knowledge of the concepts and guidelines of Education field ; teacher on curriculum design ; curriculum employed in the schools of the city and countryside ; Main materials used in teaching ; If the school curriculum of the field must be the same used by urban school ; Knowledge concerning the Decree 7.352/2010 that is about the Rural Education ; Vision teacher on improving educational practice after the Curriculum Guidelines for field Education ; methodology most used by teachers in teaching practice school field ; If the LDB No. 9.394/96 allows school field use specific school calendar and , if the teacher was trained on the guidelines for rural schools . However, it takes a critical look at the quality of these advances and their contributions to the improvement of teaching practice in schools field. On the other hand, teachers are positioned dramatically in the following issues: If the teacher lives in the country or in town; If the school teacher articulates the field content with the reality of the student and, if the teacher is awarded continuing education on the subject of the

education field. In summary, there is a need for implementation by the education system a municipal plan that includes a set of actions for continuing education and the provision of basic conditions for the realization of the pedagogic practice of teachers and consequently improving of student learning, according to their peasant reality.

Keywords: Field Education. Field Schools. Teachers.

## **LISTA DE QUADRO**

Quadro 1: Demonstrativo das escolas pesquisadas.....	39
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tempo de ensino no Município de Solânea/PB .....	40
Tabela 2: Local de residência dos professores que ensinam no campo .....	40
Tabela 3: Grau de formação dos professores das Escolas do Campo em Solânea/PB .....	41
Tabela 4: os professores tem conhecimento sobre diretrizes da Educação do Campo? .....	42
Tabela 5: Qual a concepção do Professor sobre o currículo?.....	43
Tabela 6: O currículo nas escolas Do Campo e da Cidade .....	44
Tabela 7: Principais materiais utilizados pelos professores do campo .....	45
Tabela 8: O currículo da Escola do Campo deve ser o mesmo da Escola da Cidade? .....	46
Tabela 9: Articulação de conteúdo pelos Professores em relação a realidade do aluno .....	47
Tabela 10: Os professores conhecem o Decreto nº 1.352/2010?.....	48
Tabela 11: Houve melhoria na prática educativa com o estabelecimento de diretrizes curriculares para as Escolas do Campo? .....	49
Tabela 12: Tipo de metodologias empregadas pelo professor na escola do campo .....	50
Tabela 13: Calendário escolar adequado à Escola do Campo .....	51

Tabela 14: Qual o período de capacitação dos professores sobre as diretrizes da Educação do Campo? ..... 52

Tabela 15: O professor participa de formação continuada..... 53

# SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO .....	15
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	20
2.1 História da Educação do Campo .....	20
2.2 Educação e educação do campo.....	24
2.3 As bases legais da Educação do Campo.....	28
3 METODOLOGIA.....	36
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	40
4.1 Identificação .....	40
4.2 Qual o grau de formação do professor da escola do campo? .....	41
4.3 O professor tem conhecimento dos conceitos e diretrizes da Educação do Campo? .....	42
4.4 Qual a sua concepção sobre currículo?.....	43
4.5 O currículo empregado nas escolas do campo e da cidade .....	44
4.6 Quais os principais materiais utilizados no ensino?.....	45
4.7 O currículo da escola do campo deve ser o mesmo utilizado pela escola urbana?.....	46
4.8 O professor da escola do campo articula o conteúdo com a realidade do aluno?.....	47
4.9 Você conhece o decreto nº 7.352/2010 que versa sobre a educação do campo?.....	48

4.10 Visão do professor sobre a melhoria da prática educativa após as Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo .....	49
4.11 Metodologia mais empregada pelos professores na prática pedagógica da escola do campo .....	50
4.12 A LDB N° 9.394/96 permite que a escola do campo utilize calendário escolar específico? .....	51
4.13 o professor foi capacitado sobre diretrizes para as escolas do campo .....	52
4.14 O professor é contemplado com formação continuada sobre o tema educação do campo .....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	55
REFERÊNCIAS .....	58
APÊNDICES .....	61
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos professores .....	62

# 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por finalidade a realização de uma investigação sobre a educação do campo nas escolas públicas do município de Solânea, Estado da Paraíba. Nesse sentido, a referida pesquisa contempla o que pensam os educadores das escolas do campo e suas implicações no cotidiano da prática pedagógica. A pretensão quanto a participação na referida pesquisa ocorreu a partir das experiências como professor da escola pública e das conversas informais com outros docentes e alunos das escolas do campo.

A pesquisa se propôs à realização de um estudo sobre “a educação do campo nas escolas públicas do município de Solânea/PB”. De acordo com a metodologia empregada, a pesquisa é caracterizada a partir de um enfoque misto de investigação ou quali-quantitativo. A realização da investigação ocorreu em 20 (vinte) escolas públicas do campo, com base em uma amostra de 20 (vinte) docentes e um universo de 80 (oitenta) professores; portanto, diante do referido universo, a amostra de docentes foi considerada representativa.

De acordo com o paradigma qualitativo, buscou-se uma descrição e compreensão do que pensam os professores em relação à problemática estudada. Já no enfoque quantitativo, evidenciou-se a medição e o tratamento estatístico das informações regidas pelo rigor científico e que ajudou na análise da percepção que os professores pesquisados têm sobre suas práticas e vivências nas escolas do campo. Nesse sentido, os dados obtidos na investigação quantitativa contribuíram para uma melhor compreensão dos fenômenos evidenciados na investigação qualitativa.

A referida amostra foi tomada ao acaso, tendo em vista que os atores investigados apresentam características semelhantes. A pesquisa foi realizada a partir de 02(dois) momentos: No primeiro momento, realizou-se a revisão bibliográfica com base em documentos oficiais que enfatizam as diretrizes e os parâmetros para a educação das escolas do campo, além da utilização de obras de autores ícones em relação ao tema investigado. No segundo momento, procedeu-se a aplicação do questionário contendo 14(catorze) questões junto aos professores em relação ao objeto de estudo, permitindo a obtenção de dados e a realização do tratamento estatístico, favorecendo a uma melhor análise e compreensão sobre o que pensam os professores em torno da educação das escolas do campo.

A educação desempenha um papel importante para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural do campo e das pessoas que nele vivem. Esse desenvolvimento requer uma tomada de consciência individual e/ou coletiva daqueles que, direta ou indiretamente, participam do processo educativo.

Na visão de Freire (2005), a educação não se trata apenas de um processo de transferência de conhecimento de uma geração para outra. A educação se refere a um processo de transformação da realidade do homem e da sociedade. Nesse sentido, partindo da visão de que é preciso educar para transformar o aluno e o seu entorno, a educação tem um papel importante no processo de construção e reconstrução do conhecimento historicamente produzido nas relações que se estabelecem entre os grupos sociais, favorecendo a uma prática educativa emancipatória.

A educação do campo para Souza (2008) tem conquistado lugar na agenda política nas diversas instâncias da nação nos últimos anos. Fruto das manifestações dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao território do camponês, fortalecendo o caráter de classe

nas lutas em torno da educação. Em contraponto à visão do campo como sinônimo de atrasado, a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social do cotidiano dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, a educação é processo de ensino e aprendizagem nas escolas do campo deve atender a valores e especificidades das atividades produtivas, valores e práticas sociais das populações camponesas. Para tanto, o projeto pedagógico-curricular das escolas do campo tem que está, necessariamente, articulado com o contexto sócio-econômico-cultural das comunidades camponesas.

A justificativa para a realização deste estudo está respaldada nas razões pessoal, profissional e social. A razão pessoal justifica-se por uma escolha de interesse do próprio investigador; a profissional, se refere às contribuições do aludido estudo para a minha formação profissional enquanto docente da escola pública e; a social, diz respeito à possibilidade concreta de compartilhar os resultados da pesquisa com professores, alunos, gestores, pesquisadores e comunidades camponesas onde as escolas estão inseridas.

A partir da justificativa que norteia o estudo em pauta, este trabalho também busca identificar os principais problemas na escola do campo e a prática educativa. A problemática sobre o tema indica que a prática educativa nas escolas do campo é do tipo bancária, na medida em que os currículos e as metodologias empregadas são desvinculadas do dia-a-dia dos alunos e das práticas sociais das populações do campo. Nessa direção, a pesquisa aponta para a seguinte problemática: Como está sendo realizada a prática educativa nas escolas do campo? Quais as concepções pedagógicas empregadas pelos professores? Qual a concepção de currículo utilizada pelos

professores durante a prática pedagógica? De que forma os professores estão aplicando as metodologias no cotidiano da sala de aula?

Quanto aos objetivos da pesquisa são: analisar a prática educativa dos professores das escolas públicas do campo do município de Solânea, o que corresponde a 20 (vinte) unidades de ensino; enquanto objetivos específicos são os seguintes: analisar as diretrizes curriculares voltadas para a educação das escolas do campo em Solânea; refletir sobre os currículos e as metodologias empregadas pelos professores das escolas do campo.

O trabalho está estruturado com base nas seguintes etapas: “Introdução”, que consta da finalidade e do por que da realização da pesquisa, de um resumo da metodologia empregada no trabalho, da importância da pesquisa, da justificativa, da problemática e dos objetivos da pesquisa. Na “Fundamentação teórica”, o trabalho encontra-se fundamentado em documentos oficiais, livros de autores e textos de diversas pesquisas que versam sobre o tema. O Capítulo da fundamentação teórica, no item: “2.1 histórico da educação do campo”, descreve a trajetória histórica, sobretudo, as lutas pela educação do campo a partir da década de 70, passando pelas conferências nacionais I e II e culminando com a criação das diretrizes operacionais para a educação nas escolas do campo.

No item “2.2 educação e educação do campo”, enfatiza os conceitos de educação e educação do campo com base na visão dos documentos oficiais (Constituição Federal, LDB N° 9.394/96, Resolução n° 01 MEC/CNEB/2002, Conferência Nacional por uma Educação do Campo, Decreto n° 7.352/2010, etc), livros de autores consagrados e textos da internet em torno do objeto de estudo;

No item “2.3 As bases legais da educação do campo”, detalha as bases legais sobre a educação do campo, em conformidade com os princípios da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação do Campo e Política da Educação do Campo e o Programa Nacional na Reforma Agrária – PRONERA). No capítulo intitulado “Metodologia”, o marco metodológico enfatiza a caracterização do tipo de pesquisa, campo de investigação, população e amostra, técnica e instrumentos de coleta utilizados, procedimento de tratamento dos dados coletados, quadro demonstrativo das escolas pesquisadas.

Na “Análise e discussão dos resultados”, trata-se da realização da análise e discussão sobre os dados coletados, tendo em vista a obtenção dos resultados da pesquisa; e, nas “Considerações finais”; se refere as conclusões do trabalho, em conformidade com os resultados da pesquisa, a problematização e o objetivo da investigação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. Histórico da educação do campo

Ao longo do processo histórico, a Educação do Campo foi concebida como Educação Rural, na medida em que atendia ao sistema produtivo, fundado no latifúndio, na monocultura e nas diversas formas de escravidão. Para Gowdak et al (2012, p. 20),

durante anos, a educação nas escolas rurais manteve sua estrutura didático-pedagógica inabalada, de acordo com os moldes da ‘escolinha da roça’ instituídos no Brasil Império. Quando criada, a educação rural atendeu satisfatoriamente ao contexto político e econômico da época, que vivia sob a égide do latifúndio, da monocultura e da escravidão. Essa educação tinha o objetivo de ensinar as primeiras letras, de fazer com que o aluno aprendesse a escrever o nome e a fazer os primeiros cálculos. Devido ao baixo número de alunos com a mesma escolaridade e idade, o modelo dessa escola rural foi forjado nos moldes do Método Lancaster, com organização das primeiras classes multisseriadas, nas quais era comum encontrar na mesma sala de aula alunos que não conheciam as primeiras letras e outros que já sabiam ler e escrever, todos sob a orientação de um só professor.

A ‘escolinha da roça’, institucionalizada no Período Imperial, passou a ser denominada ‘Escola Rural’, durante a República sem levar em conta as demandas socioculturais e econômicas de cada comunidade. Portanto, a educação rural foi institucionalizada em uma escola localizada no meio rural em que não vivencia as demandas do campo, não valoriza a cultura campesina local e regional, utilizando procedimentos e recursos didáticos próprios da vida urbana. Nessa perspectiva, a educação dos povos do campo, tratada na legislação educacional como educação rural, sempre foi diferenciada, implementada como algo episódico, objeto de campanhas,

programas, projetos esparsos e pontuais a cada governo, sem continuidade nos governos seguintes, geralmente sem preocupação com a realidade do campo e suas especificidades (BATISTA, 2008).

A escola brasileira, de 1500 até o início do século XX, serviu para atender às elites agrárias (considerando o Brasil neste período um país eminentemente agrícola), sendo inacessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros(as) e trabalhadores(as) rurais não precisavam aprender a ler e escrever, pois, para desenvolvimento do trabalho agrícola, o letramento era desnecessário (ROCHA, et al., 2004). Nesse sentido, é válido ressaltar que a educação para a população do meio rural, nunca foi atendida como políticas específicas, tendo em vista que o atendimento a educação se deu através de campanhas, projetos e / ou políticas compensatórias, sem levar em conta as formas de viver e conviver dos povos do campo que, ao longo da história, foram excluídos enquanto sujeitos do processo educativo.

A partir da década de 1970, a luta por uma educação diferenciada nas escolas rurais passou a fazer parte das pautas de reivindicações dos movimentos sociais do campo, que lutavam pela terra, pelo trabalho e pela dignidade. Foram mais de 30 anos de luta para que a Educação do Campo fizesse parte das políticas públicas direcionadas às comunidades do campo.

Nos anos de 1990, o quadro educacional com enfoque para o campo começa a dar sinais de mudança, pois os movimentos sociais e sindicais começam a pressionar, de forma mais articulada, pela construção de políticas públicas para a população do campo, de modo a garantir a universalização do ensino, bem como a construção de propostas pedagógicas que respeitassem a vivência, as formas de

produzir, de lidar com a terra, de viver e conviver dos povos do campo (ROCHA, et al, 2004).

Nesta visão, verifica-se a existência da articulação e valorização da população do campo, na medida em que os camponeses já começam a receber dos poderes públicos, a garantia da universalização do ensino e construção de propostas que contemple as experiências e as alternativas de convivência das pessoas do campo. A partir da década de 90, os povos organizados do campo conseguem uma agenda na esfera pública sobre a educação do campo como uma questão de interesse nacional ou, pelo menos, se fazem ouvir como sujeitos de direito (SECAD/MEC, 2005, p. 1).

O conceito Educação do Campo passou a ser utilizado a partir da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo realizada em 1998 em Luziânia – GO. A educação do campo tem se caracterizado como um espaço inconsistente por descasos, especialmente, pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros.

Verifica-se que são vários fatores que interferem no funcionamento e valorização da educação do campo ao longo da história. Percebe-se que, desde sua origem, vem ocorrendo uma falta de compromisso e estimulação no decorrer do processo quando das tomadas de decisões por parte dos poderes públicos, além dos precários recursos financeiros necessários ao desenvolvimento desse sistema educacional como um todo.

Em 1998, foi criada a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”, entidade supra-organizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela

escolarização dos povos do campo em nível nacional. No período de 1998 a 2004 ocorreram vários avanços em relação às lutas por políticas públicas para a educação nas áreas camponesas. Dentre as conquistas alcançadas por essa articulação estão a realização de duas Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo – em 1998 e 2004; a instituição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002; e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003.

Nesse sentido, Souza (2008), ao falar do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, apresenta os seguintes princípios:

a educação do campo de qualidade é um direito dos povos do campo; a educação do campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzidos; a educação do campo no campo; a educação do campo enquanto produção de cultura; a educação do campo na formação dos sujeitos; a educação do campo como formação humano para o desenvolvimento sustentável e; a educação do campo e o respeito às características do campo. (SOUZA, 2008, p. 1097)

A criação em 2004, no âmbito do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, a qual está vinculada à Coordenação-Geral de Educação do Campo, significa a inclusão na estrutura estatal federal de uma instância responsável, especificamente, pelo atendimento dessa demanda, a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades, estabelecidos por SECAD/MEC-2 (BRASIL, 2007, p.12).

No entanto, observa-se que ao longo da história da educação do campo, ocorreram vários acontecimentos que, deixaram marcas em meio à educação no cenário rural, mas que, com o passar do tempo, o que era arcaico, atrasado, vem sendo melhor visto, principalmente, a partir desse século XXI, com as tomadas de decisões por parte dos poderes públicos, tendo uma visão mais intencionado com relação à educação do campo e das pessoas que nele vive. Diante do exposto, é preciso repensar a educação do

campo no sentido de que a mesma deve ser vista não apenas como alternativa de preparação do jovem/adolescente para atuação na produção de alimentos. É importante que essa educação parta da organização de práticas educativas, currículos e metodologias adequadas à realidade local, contribuindo para um permanente conflito e/ou consenso nas práticas sociais.

## **2.2. Educação e educação do campo**

A educação é um conjunto de normas pedagógicas para o desenvolvimento geral do corpo e do espírito necessária à formação intelectual do homem (PRIBERAN, 2014). Nessa ótica, a educação escolar tem o papel de transformar o ser humano, de forma não só morfológica, através da estrutura e comportamento de cada indivíduo ao longo da vida. Na visão de Freire (2005), a educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

A partir de uma dimensão ampla, a educação é um processo que tem como finalidade, o desenvolvimento intelectual e a formação cidadã do aluno. Por outro lado, a educação do campo é caracterizada como uma modalidade complexa de formação dos alunos das áreas campesinas, inserida em uma perspectiva de projeto educativo construído com base nos conhecimentos prévios, nos valores e nas vivências práticas dos educandos das áreas campesinas. Nesse sentido, Segundo Fernandes et al (2009),

a Educação do Campo nasce de outro olhar sobre o campo. Interroga-nos porque nem sequer os governos democráticos, nem sequer o movimento educacional progressista conseguiram colocar em seus horizontes o direito dos camponeses à educação. O olhar negativo, preconceituoso, do campo e seu lugar no modelo de desenvolvimento seriam responsáveis? A agricultura camponesa vista como sinal de atraso, inferioridade, como um modo de produção, de vida e de cultura em extinção? Como quebrar o fetiche que coloca o povo do campo como algo à parte? (Fernandes et al, 2009, p. 11)

Diante do exposto, é preciso repensar um projeto popular de desenvolvimento do campo. É uma realidade que começa a ser construída. Conseqüentemente, exige uma educação que prepare o povo do campo para ser sujeito desta construção. Uma educação que garanta o direito ao conhecimento, à ciência e à tecnologia socialmente produzidas e acumuladas. Mas também que contribua na construção e afirmação dos valores e da cultura, das auto-imagens e identidades da diversidade que compõe hoje o povo brasileiro do campo.

A educação é um processo dinâmico, ajustado, no entanto, para atender as reais necessidades sociais, tem de passar por lenta e demorada fase de conflitos e modificações, devido a cristalização que se processou em sua estrutura, no período anterior, cujas exigências ela atendia com eficiência. Nota-se também na educação de cada período histórico, certa alienação às reais necessidades sociais, devido a pressupostos culturais e ideológicos que perduram de uma situação social para a outra, e a outros que novas teorias vão sendo criadas.

A educação de cada época e mesmo de cada região sócio-econômica é ditada por uma série de fatores, entre os quais, ressaltam-se os rumos, os ideais sócio-políticos e o conhecimento do homem.

Para Libâneo (1994, p. 22),

Educação é um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas – físicas, morais, intelectuais, estéticas – tendo em vista a orientação da

atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais.

Esse posicionamento só objetiva mais a vinculação da educação com a sociedade, pois esta é uma categoria que se refere a todas as condições e todas as idades. Há sempre uma forma de educação válida para cada fase evolutiva do homem, qualquer que seja a sua situação de vida, a fim de torná-lo o melhor membro da comunidade, em função de suas possibilidades pessoais.

Segundo Fernandes et al. (2009, p.25), a utilização da expressão campo foi adotada em função da reflexão sobre o “(...) sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho”. A intenção explícita é resgatar o conceito de camponês. Aprofunda-se a definição de campo como:

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropéculária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses. (FERNANDES et al, 2009, p. 137).

O termo “educação do campo” que estamos tratando tem um sentido amplo e complexo, portanto, não deve ser entendido apenas como sinônimo de ensino. Este conceito fundamenta-se na prática educativa que se tem desenvolvido nos movimentos sociais e escolas rurais do campo, nas diferentes organizações que atuam na educação. Nesse sentido, a LDB nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, expressa por Brasil (1996), estabelece em seu art. 1º que:

a educação abrange os processos formativos, que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p. 11).

Nesse sentido, percebe-se que a educação está presente em todos os campos de desenvolvimento relacionado aos espaços da sociedade, ou seja, no ambiente escolar e extra-escolar e em todas as instituições de modo geral. A educação do campo é voltada ao estudo da problemática dos que trabalham, residem e/ou dependem, direta ou indiretamente, do trabalho no campo e sofrem as conseqüências das ausências de espaços, de acordo com o que assegura a Constituição Federal do Brasil (CFB) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96).

Quanto aos princípios da Constituição Federal, estabelecido por Brasil (1988), a educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Por outro lado, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, expressa por Brasil (1996) afirma que os indivíduos podem ser educados e se tornarem cidadãos na vida em família, no trabalho, na escola, nas organizações sociais, por meio de sua cultura, etc. Portanto, percebe-se que a escola e os espaços extra-escolares são contextos importantes de aprendizagem para o exercício da cidadania. Assim, entende-se que a educação está presente em todos os processos formativos ocorridos ao longo da vida de cada um, dentro e fora da escola. Nessa percepção, considera-se que a educação tem que estar em todos os lugares da nossa sociedade e ela representa um instrumento de desenvolvimento do indivíduo e seu objetivo é de preparar as pessoas para o exercício e qualificação profissional do cidadão.

O direito à educação não é apenas estar matriculado e freqüentar a escola mas, na medida do possível, atender aos princípios de democratização para o acesso e permanência na escola, da diversidade de idéias e concepções pedagógicas e da capacidade de absorver, interpretar e questionar, construindo um conhecimento

democrático e sistematizado, a partir das realidades dos alunos e dos saberes transmitidos pela escola. Entretanto, essa educação deve estar relacionada com o mundo do trabalho e com as formas de vivências práticas dos educandos.

### **2.3. As Bases legais da Educação do Campo.**

Apesar de alguns avanços na educação em escolas do campo, as questões de precariedade da infraestrutura, prática pedagógica deficiente, formação inadequada dos professores, etc, são desafios que dificultam o acesso e permanência dos alunos em idade escolar, nas escolas camponesas. Nessa perspectiva, Gowdak et al (2012) chama a atenção para algumas características da Educação implementada durante anos nas escolas do meio rural (denominadas escolas rurais), conforme a seguir:

ensino centrado na figura do professor, como o único detentor do saber; Currículo sustentado em pedagogias tradicionais, que supervalorizam a instrução e a técnica, deixando de lado a produção do conhecimento; Calendário escolar que desrespeita os ciclos de produção, as manifestações culturais da localidade e as questões climáticas do lugar; Conteúdos trabalhados alheios à realidade dos alunos; Atividades e conteúdos que fortalecem o individualismo; Material didático predominantemente urbano e que valoriza a cultura urbano-industrial; Inexistência de práticas integradoras entre a escola e a comunidade; Relação professor-aluno marcada pela passividade didática, na qual o aluno é um mero receptor de conhecimentos; Predominância da avaliação quantitativa como instrumento de verificação e mensuração da aprendizagem dos alunos, elegendo os “melhores” e desclassificando os que não obtiveram as notas desejáveis (GOWDAK et al 2012, p. 5).

As bases conceituais da Educação do Campo foram traçadas na Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, na cidade de Luziânia, em Goiás. Na ocasião foi firmada a luta pela legitimação do projeto educativo

para as escolas rurais, próprio das populações que vivem do campo e no campo. Em 2001, pela primeira vez, a Educação do Campo foi citada como Política Pública, com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2001, p 1).

Ao lado das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001/2004), outros marcos legais reforçam a implantação da Educação do Campo nas escolas rurais: Constituição Federal de 1988 – artigo 205; Plano Decenal de Educação para todos – 1993; Plano Nacional de Educação – 2001; LDB nº 9.394/96 – no artigo 28 e seus respectivos incisos; Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999 (diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas); Resolução nº 1/2002, do Conselho Nacional de Educação; Criação da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) – 2004; Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 (Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação).

Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e das Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo, o Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010 dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diante do exposto, o artigo primeiro do Decreto nº 7.352, expresso em Brasil (2010), estabelece que:

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

Ainda em relação à Educação do Campo, o artigo 2º do documento supracitado, apresenta os seguintes princípios:

I – respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II – incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; III – desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas de produção e reprodução social da vida no campo; IV – valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e V – controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010, p. 1).

Com base nas idéias do documento supracitado, no princípio I, a educação da escola do campo deve atender aos diferentes aspectos de organização sócio-econômico-político-cultural da comunidade campesina, na qual o aluno encontra-se inserido. Quanto ao princípio II, sugere os projetos político-pedagógicos nas escolas do campo que possibilite a articulação entre as atividades escolares, os conhecimentos prévios dos alunos e as práticas campesinas; em relação ao princípio III, se refere a implementação de políticas de formação dos professores voltadas para o atendimento específico das necessidades dos alunos das áreas campesinas; o princípio IV enfatiza a necessidade de valorização da organização escolar, através de currículos, metodologias e calendários vinculados às atividades campesinas; o princípio V, contempla a escola democrática e participativa, com base na atuação permanente da comunidade escolar e extra-escolar, envolvendo representantes da escola (professores, diretores, alunos, técnicos e funcionários) e representantes das comunidades campesinas.

No estudo das Diretrizes Curriculares para as Escolas do Campo é preciso entender que as mesmas estão vinculadas às diretrizes curriculares nacionais. Nesse sentido, o currículo é a expressão, o ponto de partida e de chegada ou o elemento

norteador do Projeto Político-Pedagógico, o que significa que a nova visão de currículo sugere a articulação dos conhecimentos sistematizados com o contexto dos alunos, através dos novos modelos educativos representados pela interdisciplinaridade, contextualização e da unidade entre a teoria e a prática, entre outros. Diante do exposto, a LDB de 1996, expressa em Brasil (1996, p.20) estabelece que;

Art. – 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclo, alternância regular de períodos de estudos grupos não seriado, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. Nesta visão, observamos que currículo deve ter várias características e ser de acordo com as diferentes fases do ano, e da região em que esta inserida e por idade dos indivíduos, além do processo de ensino que deve ser adotado pelo próprio sistema de cada localidade ou região específica.

Parágrafo 1º - A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no país e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

Parágrafo 2º - O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climática e econômica, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas prevista nesta lei. (BRASIL, 1996, p.20).

Ainda em relação à questão curricular, a referida lei expressa em Brasil (1996), apresenta o seguinte comentário:

Art. 26º – Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, cultura, da economia e da clientela. Então os currículos devem ser preparados e utilizados nas escolas de acordo com normas adotadas pelo sistema geral de ensino como também pela realidade local (BRASIL, 1996, p.26).

As diretrizes curriculares para as escolas do campo representa um conjunto de normas e orientações que norteiam a prática educativa nas unidades de ensino das áreas campestres. Nessa direção, o currículo deve atender às especificidades dos alunos e do contexto no qual a escola do campo encontra-se inserida. Essa especificidade é estabelecida na LDB e expressa em Brasil (1996, p.22) da seguinte forma:

Art. 28 – Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação, às peculiaridades rurais e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação a natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.22)

No que se refere a educação básica para a população campesina, a LDB em seu Artigo 28, promove um espaço para uma outra forma do ensino no campo, em que se considera as peculiaridades locais e a dinâmica do campo, tanto no aspecto organizacional, como também de propostas metodológicas e curriculares. Nesse sentido, verifica-se que a escola rural deve ter características específicas e que tenha uma proposta pedagógica que viabilize currículo, conteúdos, e organização escolar voltados à realidade e adequação ao trabalho rural.

Portanto, a abertura estabelecida pela legislação vigente, possibilitou que fosse construído no país um processo de mobilização social em torno da construção de Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, na qual além de retomar o debate sobre a situação da escola do campo, ainda possibilitou um aprofundamento próspero sobre a concepção de espaço rural e de campo, garantindo a partir de várias experiências da sociedade civil e algumas do poder público, reafirmarem a proposta de Educação do Campo que a sociedade deseja construir.

A concretização das diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo foi viabilizada a partir da edição da resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica (CNE/CEB) e Parecer 36/2001. Portanto, segundo Brasil (2002, p.1), o artigo 1º da resolução vem “instituir as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino”. Neste artigo, há

uma preocupação em acrescentar as diretrizes para as escolas do campo, e que elas sejam reconhecidas nas instituições da educação, enriquecendo o sistema de ensino, algo que vem acontecendo em nosso dia-a-dia.

No artigo 2º mostra que as diretrizes com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e médio, a educação de jovens e adultos, a educação especial, a educação indígena, a educação profissional de nível técnico e a formação de professores em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 2002).

O Parágrafo único do artigo 2º vem resgatar as origens das escolas do campo, através da identidade da escola do campo que é definida pela sua vinculação, às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciências e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. Diante destes artigos verificou-se que a escola do campo deve ser criada e planejada de acordo com a realidade de cada indivíduo e comunidade local.

O parecer 36/2001, trata-se do normativo do Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica (CNE/CEB), a partir do qual foi instituída as diretrizes operacionais para a educação das escolas do campo. Portanto, o aludido parecer, ao abordar os significados atribuídos à educação do campo e a educação rural estabelece que:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação Brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçara, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais

do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamiza a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana (BRASIL, 2001, p.1).

Nesse aspecto, considera-se que Educação Rural não contemplavam as “expectativas de educação que os povos como sujeitos construtores de conhecimento e de história, desejam. Mais do que espaço geográfico, o campo é espaço de vida e de construção e troca de saberes, produzidos pelos sujeitos sociais a quem se destina a educação” (ROCHA et al, 2004, p.5). Esta perspectiva do campo apresenta uma concepção político-pedagógica voltada para a dinâmica da ligação dos seres humanos com as condições da existência social, sua relação com a terra, com o meio ambiente, a partir dos diversos saberes, a memória coletiva, os movimentos sociais.

As Diretrizes dão um salto de qualidade na forma de pensar a escola, relacionando-a a “construção de sociedade e de desenvolvimento que se deseja concretizar para cidadãos e cidadãs que vivem no campo e/ou do campo, bem como àqueles que vivem nas cidades” (ROCHA et al, 2004, p.5).

A escola tem papel fundamental na mudança de paradigma social que se busca construir, que ela por si só não concretiza o desenvolvimento, mas sem ela esse desenvolvimento não se constitui de forma sustentável, conforme (SILVA, 2004).

Diante de tantos incentivos e leis criadas no decorrer deste processo por uma educação do campo que se concretize, percebe-se que ainda falta muita coisa a ser colocada em prática, pois a precariedade da educação oferecida às populações do campo se apresenta de forma mais aprofundada nas escolas com turmas multisseriadas. Para Sanfelice (2005, p. 1091-1092) “a educação pública é algo a ser construído no âmbito das relações contraditórias que impulsionam as sociedades, portanto, os homens, para a separação qualitativa do modo de produção capitalista”.

Para Caldart (2002), a associação da educação do campo com lutas por políticas públicas e reforma agrária é o fundamento educativo desse novo projeto político de desenvolvimento. Não se educa verdadeiramente o sujeito do campo sem transformar as condições de desumanização. A conquista da humanização se dá na própria luta contra a desumanização. Por isso, compreende que o desafio para as escolas do campo é formação para recuperar as condições humanas do povo do campo.

Nessa direção, Lima (2008, p.18), enfatiza a educação sob o seguinte ponto de vista:

a humanização se refere, assim, ao desenvolvimento cultural da espécie. O desenvolvimento cultural é função do momento histórico pelo qual passa a humanidade e do quanto cada país participa do acervo de cultura, tecnologia, ciências e bases disponíveis a um momento dado. Dentro de um mesmo país, a participação é definida também em termos de classes sociais, etnias, gênero e diversidade biológica.

Na visão da autora, no trabalho cotidiano com o currículo das escolas do campo é importante ressaltar que o formalismo da prática docente não se restringe apenas a aquisição de conhecimentos, e o desenvolvimento de habilidades e capacidades intelectuais das crianças. É preciso um novo olhar da escola em relação a ampliação da prática curricular no sentido da formação de valores que contemple um currículo com ênfase no desenvolvimento humano do educando.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa se propôs ao estudo da “Prática educativa dos professores nas escolas públicas do campo do município de Solânea – PB”. No presente estudo foi empregada a pesquisa qualitativa e quantitativa a partir da análise de conteúdo, ou seja, caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características sobre a visão dos educadores que atuam nas escolas do campo. Esse tipo de pesquisa implica em um enfoque misto de investigação ou quali-quantitativo. Nessa perspectiva, Alvarenga (2012) afirma que,

Ao empregar o desenho de investigação de enfoque misto, pode prevalecer um dos dois enfoques. Pode haver predomínio do enfoque quantitativo e utilizar técnicas qualitativas para aprofundar-se na análise do problema. Como pode haver domínio qualitativo e utilizar algumas técnicas quantitativas, e apresentar os resultados dessas técnicas em quadros ou gráficos estatísticos (ALVARENGA, 2012, p. 11).

Segundo a idéia da autora, na investigação qualitativa e quantitativa, um enfoque não exclui o outro. Durante a pesquisa, pode-se utilizar ambos os paradigmas ao mesmo tempo, buscando-se a complementariedade entre os dois paradigmas, em função do que se quer investigar e do seu nível de profundidade da pesquisa.

A pesquisa ocorreu com base em 02 (dois) momentos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. O universo pesquisado constou de uma população composta de 80 (oitenta) professores que atuam em 20 (vinte) unidades escolares do primeiro segmento do Ensino Fundamental. A amostra trabalhada no referido estudo foi constituída de 20 (vinte) professores.

Durante a coleta de dados e informações junto aos professores foram aplicados questionários contendo 14 (catorze) questões em torno das seguintes categorias: Identificação (tempo em que ensina no município, se o professor mora no campo); Grau de formação do professor da Escola do Campo; Conhecimento, por parte do professor, dos conceitos e diretrizes da Educação do Campo; Concepção sobre Currículo; Currículo empregado nas escolas do campo e da cidade; Principais materiais utilizados no ensino; Se o currículo da Escola do Campo deve ser o mesmo utilizado pela escola urbana; Articulação, por parte do professor, do conteúdo com a realidade do aluno; Conhecimento, por parte do professor, do Decreto nº 7.352/2010 que versa sobre a Educação do Campo; Visão do professor sobre a melhoria da prática educativa após as Diretrizes Curriculares para as Escolas do Campo; Metodologia mais empregada pelo professor na Prática Pedagógica da Escola do Campo; A LDB nº 9.394/96 permite que a Escola do Campo utilize calendário escolar específico; O professor foi capacitado sobre Diretrizes para as Escolas do Campo e; O professor é contemplado com Formação Continuada sobre o tema Educação do Campo.

A pesquisa de campo ocorreu no período de 04/11/2013 à 14.11.2013. O quadro docente é formado por professores em nível de licenciatura em pedagogia, especialização em gestão escolar, superior incompleto e ensino médio. Os conselhos escolares se reúnem apenas em ocasiões excepcionais para definir a aplicação dos recursos do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola e para a aprovação dos recursos gastos. Partes destes recursos são utilizados na aquisição de bens materiais e os demais, na compra de recursos didáticos.

Em relação ao nível de participação da comunidade, tendo em vista o fator sócio-cultural, os pais não comparecem a escola para discutir sobre os problemas do seu cotidiano e do acompanhamento do processo ensino e aprendizagem dos seus filhos, de

acordo com relato de um membro do conselho escolar, tendo em vista que essas unidades de ensino não dispõem de Serviço de Orientação Educacional – SOE.

Os alunos das escolas são filhos de pequenos agricultores que atuam nas atividades produtivas de lavoura de subsistência (milho, feijão, batata, mandioca) e criações de animais (bovinos, caprinos, suínos e aves).

Durante o período das plantações, os alunos ajudam na agricultura familiar, trabalhando nas atividades agrícolas e as educandas nas atividades domésticas. Essa situação contribui muitas vezes para o afastamento dos discentes das escolas em determinado período do ano, provocando a reprovação, o abandono e a repetência no ensino fundamental das escolas do campo da rede pública do município de Solânea – PB, segundo relato dos diretores das escolas pesquisadas.

A partir do quadro I – Demonstrativo das escolas pesquisadas, constatou-se que foram utilizadas 20 (vinte) unidades de ensino do campo e em cada uma delas foi entrevistado um professor, de forma aleatória.

**Quadro 1 – Demonstrativo das escolas pesquisadas**

<b>NOME DAS ESCOLAS PESQUISADAS</b>	<b>DENOMINAÇÃO DA LOCALIDADE</b>	<b>QUANTIDADE DE PROFESSORES ENTREVISTADOS</b>
EMEF Segismundo Guedes Pereira	Sítio Covão	01
EMEF José Pereira da Cruz	Sítio Olho D'água Seco	01
EMEF Manoel Barbosa Franco	Sítio Jacaré	01
EMEF Abel Correia de Melo	Sítio Juazeirinho	01
EMEF João Filgueira	Sítio Filgueira	01
EMEF Manoel Saturnino da Costa	Sítio Videl	01
EMEF Sebastiana de Oliveira Braga	Sítio Alagoinha dos Braga	01
EMEF Pio Cavalcante de Melo	Sítio Salgado do Souza	01
EMEF Cacimba da Várzea	Sítio Cacimba da Várzea	01
EMEF Sabino Macena da Silva	Sítio Bom Sucesso	01
EMEF José Teodósio dos Santos	Sítio Bacalhau	01
EMEF Saco dos Campos	Sítio Saco dos Campos	01
EMEF Inácio Antônio Manso	Chã de Santa Tereza	01
EMEF Padre Ibiapina	Povoado de Santa Fé	01
EMEF Francisco Pedro da Silva	Fazenda Velha	01
EMEF Amâncio Ferreira de Góis	Sítio Lagoa de Tanque	01
EMEF Professor Francisco Pinto	Sítio Barrocas	01
EMEF Maria Geralda da Silva	Sítio Lagoa Funda	01
EMEF José Fernandes de Santana	Sítio Pedra Grande	01
EMEF Santiago Chianca	Sítio Poderosa	01
TOTAL: 20 escolas	_____	20 professores

FONTE: Trabalho de Campo, 2013

Em síntese, após a realização da pesquisa de campo, os dados coletados foram organizados, submetidos a tratamento estatístico, dispostos em tabelas e, finalmente, submetidos à análise e discussão dos resultados.

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1. Identificação

#### a) Tempo em que ensina no município

Tabela 1: Tempo de ensino no Município de Solânea/PB

ANOS QUE ENSINA NO MUNICÍPIO	CONCEPÇÃO DO PROFESSOR	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) de 18 a 30 anos	15	75
( ) de 30 a 40 anos	5	25
( ) acima de 40 anos		
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013

Com base nos dados obtidos junto aos professores investigados em torno dos anos em que o docente ensina no município, 75% deles responderam que se situa no intervalo “de 18 a 30 anos”; 25% “de 30 a 40 anos” e; nenhum deles se posicionou em relação à alternativa “acima de 40 anos”. Diante dessa análise, a maioria absoluta dos docentes é constituída de profissionais com muito tempo de formação docente, o que representa um avanço, tendo em vista a possibilidade de muitos anos de atuação no magistério das escolas do campo.

#### b) Se o professor mora no campo ou na cidade

Tabela 2: Local de residência dos professores que ensinam no campo

SE O PROFESSOR MORA NO CAMPO OU NA CIDADE	CONCEPÇÃO DO PROFESSOR	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) CIDADE	18	90
( ) CAMPO	2	10
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013

A partir dos dados obtidos na pesquisa junto aos professores do campo, constatou-se que 90% deles moram na cidade e apenas 10% residem no campo. Nessa perspectiva, a quase totalidade dos docentes que lecionam no campo, residem na sede do município o que evidenciou uma situação preocupante, na medida em que a maioria dos docentes não possuem formação específica para a educação do campo, não residem no campo e; portanto, não incorporam a identidade e os valores do campo.

#### 4.2. Qual o grau de formação do professor da escola do campo?

Tabela 3: Grau de formação dos Professores das Escolas do Campo em Solânea/PB

GRAU DE FORMAÇÃO	PROFESSOR DA ESCOLA DO CAMPO	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) Curso Médio	1	5
( ) Superior incompleto	2	10
( ) Pedagogia	14	70
( ) Licenciatura em Educação do Campo		
( ) Especialização	3	15
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013.

Na análise dos dados em torno da amostra investigada, 5% dos professores consultados afirmaram que são portadores do grau de formação referente ao “ensino médio”; 10% disseram que possuem o “ensino superior incompleto”; 70% responderam que cursaram “pedagogia” e; 15% deles galgaram a pós-graduação em nível “especialização na área de pedagogia” e; nenhum deles se posicionou quanto a alternativa “Licenciatura em Educação do Campo”; logo, verificou-se que a maioria absoluta dos docentes, ou seja, 70% dos atores pesquisados são habilitados para o magistério do primeiro segmento do ensino fundamental; entretanto, nenhum deles tem formação específica para atuarem na educação do campo. A partir dessa análise,

constatou-se um avanço nas respostas dos docentes; entretanto, é preciso que os mesmos sejam qualificados para atuarem nas escolas do campo.

#### **4.3. O professor tem conhecimento dos conceitos e diretrizes da educação do campo?**

Tabela 4: Os professores tem conhecimento sobre diretrizes da Educação do Campo?

IDEIA DO PROFESSOR	EDUCAÇÃO DO CAMPO	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) Sim	20	100
( ) Não		
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013.

Diante dos dados pesquisados sobre, se o professor tem conhecimento dos conceitos e diretrizes da educação do campo, a totalidade dos docentes consultados, ou seja, 100% afirmaram que têm conhecimento dos conceitos e diretrizes em torno da educação do campo. Entretanto, nenhum professor se posicionou sobre a alternativa “não”. Essa postura assumida pelos professores mostra que, embora os mesmos não tenham formação específica para o magistério da educação do campo, representa um avanço, na medida em que os docentes estão atualizados em relação ao conceito e diretrizes voltados para esse nível de ensino. A justificativa é reafirmada pelo depoimento da coordenação de educação continuada do campo.

Segundo a coordenação de educação continuada das escolas do campo do município de Solânea, os professores pesquisados estão inseridos em formação continuada quanto as diretrizes operacionais para as unidades de ensino das áreas campesinas. Por outro lado, os espaços para atuação docente e as estruturas físicas são consideradas precárias, considerando que todas as salas são multisseriadas.

#### 4.4. Qual a sua concepção sobre currículo?

Tabela 5: Qual a concepção do Professor sobre o currículo?

CONCEPÇÃO DO PROFESSOR	CURRÍCULO	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
<input type="checkbox"/> Matéria		
<input type="checkbox"/> Disciplina		
<input type="checkbox"/> Assunto		
<input checked="" type="checkbox"/> Conjunto de atividades didaticamente organizado	20	100
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013

Os dados obtidos a partir das respostas dos professores sobre suas concepções em relação ao currículo mostram que, de acordo com a amostra pesquisada, todos os docentes, ou seja, 100% afirmaram que o currículo é um “conjunto de atividades didaticamente organizadas”. Por outro lado, nenhum deles se posicionou quanto às alternativas “matéria”, “disciplina” e “assunto”. Diante do exposto, a totalidade dos professores consultados estão atualizados quanto a concepção de currículo em uma visão didática contextualizada, embora o depoimento dos professores revele uma atualização dos seus conhecimentos sobre a concepção de currículo, isso não significa um avanço na perspectiva de melhoria da prática pedagógica nas escolas do campo, tendo em vista que no dia-a-dia da Escola Pública, via de regra, o currículo é concebido como matéria, disciplina ou assunto.

#### 4.5. O currículo empregado nas escolas do campo e da cidade:

Tabela 6: O currículo nas Escolas do Campo e da Cidade

CURRÍCULO EMPREGADO	ESCOLAS DO CAMPO E DA CIDADE	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) É igual		
( ) É diferente	12	60
( ) Tem como base o livro didático	8	40
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013.

Conforme dados obtidos na amostra de professores investigados em torno do currículo empregado nas escolas do campo e da cidade, 60% afirmaram que “é diferente”; 40% disseram que “tem como base o livro didático” e; nenhum docente se posicionou quanto a alternativa “é igual”; portanto, a partir dessa análise, constatou-se que na visão da maioria dos entrevistados, o currículo das unidades de ensino do campo e da cidade deve ser diferente. Esse posicionamento representa um avanço, na medida em que na opinião da maioria dos docentes respondentes, o currículo aponta para a necessidade de atendimento às especificidades do entorno onde as escolas estão inseridas.

Nas informações obtidas junto à coordenação de educação continuada do campo constata-se que apesar dos depoimentos significativos dos docentes, o sistema de ensino orienta o mesmo currículo, tanto para as escolas do campo como também para as unidades de ensino da cidade.

#### 4.6. Quais os principais materiais utilizados no ensino?

Tabela 7: Principais materiais utilizados pelos professores do campo

PRINCIPAIS MATERIAIS UTILIZADOS NO ENSINO	CONCEPÇÃO DO PROFESSOR	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) Livro Didático		
( ) Livro Didático do Campo	20	100
( ) Revistas		
( ) Cartilhas do Campo		
( ) Mapas		
( ) Laboratório		
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013.

De acordo com os dados obtidos da amostra de professores investigados, 100% afirmaram que o principal material didático utilizado no ensino é o “livro didático do campo” e nenhum deles se posicionou em relação às alternativas: “livro didático”, “revistas”, “cartilhas do campo”, “mapas” e “laboratório”; portanto, constatou-se que todos os professores utilizam o livro didático do campo em sala de aula. A utilização desse material adequado à realidade do aluno, representa um avanço na melhoria da prática pedagógica; entretanto, é preciso que, no cotidiano da sala de aula, o professor utilize uma variedade de materiais e recursos didáticos, durante o seu trabalho docente.

O livro didático adotado nas escolas do campo apresenta as seguintes características: Nome: Girassol, saberes e fazeres do campo. Do 1º ao 5º ano; Autores: Letramento e Alfabetização – Isabella Carpaneda, Angiolina Bragança; Alfabetização Matemática – José Roberto Bonjorno, Regina Azenha, Tania Gusmão, Geografia e História – Tânia Mares, Suely Almeida; Ciências – Demétrio Godak e Eduardo Martins; Editora: FTD; Forma de aquisição: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Essa

constatação é reafirmada pela equipe técnica que coordena a educação continuada dos professores das escolas do campo no município de Solânea.

**4.7. O currículo da escola do campo deve ser o mesmo utilizado pela escola urbana?**

Tabela 8: O currículo da Escola do Campo deve ser o mesmo da Escola da Cidade?

CURRÍCULO DA ESCOLA DO CAMPO	CURRÍCULO UTILIZADO PELA ESCOLA URBANA	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) Sim	5	25
( ) Não	15	75
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013

De acordo com os dados obtidos na amostra de professores pesquisados, 25% disseram que “sim”, ou seja, o currículo da escola do campo deve ser o mesmo utilizado pela escola urbana e 75% deles responderam que “não”, ou seja, que não concordam com essa condição. Nessa direção, a maioria dos docentes estão atualizados quanto a nova visão do currículo que contempla as especificidades dos contextos escolares do campo e da cidade. Esse posicionamento dos professores trata-se de um fator positivo, tendo em vista que eles sabem que existem diferenças e especificidades entre campo e cidade, o que pode contribuir para utilização do currículo, de acordo com o contexto onde a escola encontra-se inserida.

#### 4.8. O professor da escola do campo articula o conteúdo com a realidade do aluno?

Tabela 9: Articulação de conteúdo pelos Professores em relação a realidade do aluno

ARTICULAÇÃO DO CONTEÚDO COM A REALIDADE DO ALUNO	VISÃO DO PROFESSOR	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) Sempre	10	50
( ) Às vezes	9	45
( ) Raramente	1	5
( ) Nunca		
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013.

Nos dados da amostra pesquisada, evidenciou-se que 50% dos professores responderam que “sempre” o professor da escola do campo articula o conteúdo com a realidade do aluno; 45% afirmaram que essa condição ocorre “às vezes”; 5% disseram que “raramente” e; nenhum deles se posicionou em torno da alternativa “nunca”. Diante dessa análise, constatou-se que, na opinião de apenas a metade dos docentes investigados, eles articulam o conteúdo com a realidade do aluno. Essa situação é preocupante, na medida em que todos os professores que atuam nas escolas do campo devem articular o conteúdo da sala de aula com a história de vida e o cotidiano do aluno.

#### 4.9. Você conhece o decreto nº 7.352/2010 que versa sobre a educação do campo?

Tabela 10: Os professores conhecem o Decreto nº 7.352/2010?

CONHECIMENTO DO PROFESSOR EM RELAÇÃO AO DECRETO Nº 7.352/2010	EDUCAÇÃO DO CAMPO	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) Sim	20	100
( ) Não		
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013

De conformidade com os dados coletados nas respostas dos professores investigados, 100% disseram que têm conhecimento em torno do Decreto nº 7.352/2010 que versa sobre a educação do campo e nenhum deles se posicionou quanto a questão. Diante dessa análise, verificou-se que todos os docentes envolvidos na pesquisa têm conhecimento sobre o referido decreto, haja vista que os docentes incorporaram esses conhecimentos durante a formação continuada. Por outro lado, apesar desse avanço dos professores na formação continuada, é fundamental que a referida formação favoreça à melhoria da prática pedagógica na escola do campo. Entretanto, é preciso que haja continuidade do presente estudo, a fim de que as respostas sejam fidedignas.

#### 4.10. Visão do professor sobre a melhoria da prática educativa após as diretrizes curriculares para a educação do campo?

Tabela 11: Houve melhoria na prática educativa com o estabelecimento de diretrizes curriculares para as Escolas do Campo

MELHORIA DA PRÁTICA EDUCATIVA APÓS AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA AS ESCOLAS DO CAMPO	VISÃO DO PROFESSOR	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) Melhorou	17	85
( ) Permaneceu como antes	3	15
( ) Piorou		
( ) Não comentou		
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013.

A partir dos dados coletados na amostra dos professores das escolas pesquisadas, 85% afirmaram que na visão do professor, após as Diretrizes Curriculares (Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Diretrizes Operacionais para as escolas do campo, Política de educação do campo e programa nacional de educação na reforma agrária – PRONERA (Decreto nº 7.352/2010), a prática educativa nas escolas do campo “melhorou”; 15% responderam que “permaneceu como antes” e; nenhum docente se posicionou quanto as alternativas “piorou” e “não comentou”.

Nessa direção, verificou-se que na opinião da maioria absoluta dos respondentes, as diretrizes operacionais para a educação das escolas do campo proporcionou a melhoria da prática educativa nessas unidades de ensino. Essa posição assumida pelos docentes representa um avanço em busca da melhoria da prática pedagógica; entretanto, é preciso repensar sobre a veracidade das respostas obtidas.

#### 4.11. Metodologia mais empregada pelo professor na prática pedagógica da escola do campo

Tabela 12: Tipo de metodologias empregadas pelo professor na escola do campo

METODOLOGIA MAIS EMPREGADA PELO PROFESSOR	PRÁTICA PEDAGÓGICA DA ESCOLA DO CAMPO	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) Método expositivo		
( ) Método grupal		
( ) Método expositivo + grupal	20	100
( ) Aula passeio		
( ) Outro(a): _____		
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013.

A partir dos dados obtidos na amostra pesquisada, todos os professores consultados, ou seja, 100% responderam que “o método expositivo + o grupal” constituem a metodologia mais empregada pelo professor na prática pedagógica da escola do campo e nenhum docente se posicionou em torno das alternativas: “método expositivo”, “método grupal”, “aula passeio” e “outro(a)”. Essa análise evidenciou que na opinião da totalidade dos docentes investigados, os professores empregam mais de um método no cotidiano da prática pedagógica. Portanto, esse posicionamento aponta para um avanço no trabalho docente; entretanto, é necessário que os docentes utilizem outras metodologias que favoreçam a eficiência e a eficácia do ensinar e do aprender na sala de aula da escola do campo.

Segundo Piletti(1991) e Nérici(1981), o professor emprega o método expositivo a partir da exposição oral, de forma dialogada ou não para a

transmissão/assimilação do conteúdo. Em seguida, o professor utiliza uma dinâmica grupal através da modalidade trabalho em grupo sobre o assunto abordado.

#### **4.12. A LDB N° 9.394/96 permite que a escola do campo utilize calendário escolar específico?**

Tabela 13: Calendário escolar adequado à Escola do Campo

A LDB N° 9.394/96	UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO ESCOLAR ESPECIAL PELA ESCOLA DO CAMPO	
	N° PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) Sim	14	70
( ) Não	6	30
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013

Diante dos dados obtidos na pesquisa de campo, constatou-se que, de acordo com a amostra de professores investigados, 70% responderam “sim”, que a LDB (Lei nº 9.394/96) permite que a escola do campo utilize calendário escolar específico e 30% deles disseram que essa alternativa “não” é permitida; portanto, verificou-se que na visão da maioria absoluta dos docentes, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional permite que o sistema de ensino estabeleça calendário especial para as escolas do campo, de acordo com o ciclo da exploração das plantações e a realidade dos alunos e do contexto social onde a escola encontra-se inserida. Portanto, verificou-se um avanço nas respostas dos docentes, tendo em vista que os mesmos têm conhecimento em torno da legislação de ensino em relação a educação das escolas do campo. Por outro lado, as escolas não têm prerrogativas para a criação desse tipo de calendário

específico. É preciso que o sistema de ensino, através do seu conselho representativo (Conselho Municipal de Educação) delibere sobre o assunto, de conformidade com o artigo 28 da Lei nº 9.394/96.

#### 4.13. O professor foi capacitado sobre diretrizes para as escolas do campo?

Tabela 14: Qual o período de capacitação dos professores sobre as diretrizes da Educação do Campo?

CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES	DIRETRIZES PARA AS ESCOLAS DO CAMPO	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) Há um ano		
( ) De um a três anos	12	60
( ) Há mais de três anos	6	30
( ) Nunca foi capacitado	2	10
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013

De conformidade com os dados constante na amostra de professores pesquisados nas escolas do campo, verificou-se que na opinião dos referidos docentes, 60% afirmaram que foram capacitados sobre as diretrizes para as escolas do campo no período de “um a três anos”; 10% “nunca foi capacitado” e; nenhum docente foi capacitado “há um ano”. Nessa perspectiva, na opinião da maioria dos docentes, os mesmos foram capacitados há algum tempo, ou seja, no período “de um a três anos”. Esse resultado evidenciou um aspecto positivo, tendo em vista que os professores têm conhecimento sobre as diretrizes; entretanto, é fundamental que essa capacitação ocorra de forma continuada e que contemple todos os docentes que atuam nas escolas do campo.

#### 4.14. O professor é contemplado com formação continuada sobre o tema educação do campo

Tabela 15: O professor participa de formação continuada

FORMAÇÃO CONTINUADA CONTEMPLADA PELO PROFESSOR	TEMA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
	Nº PROFESSORES	% PROFESSORES
( ) Sempre	3	15
( ) Às vezes	7	35
( ) Raramente	10	50
( ) Nunca		
TOTAL	20	100

FONTE: Trabalho do Campo, 2013

A partir dos dados constante em relação à amostra de professores investigados, constatou-se que 30% desses docentes “sempre” são contemplados com a formação continuada sobre o tema educação do campo; 35% responderam que essa formação ocorre “raramente”; 50% disseram que “raramente” essa situação ocorre e; nenhum deles se posicionou quanto a alternativa “nunca”. Diante da presente análise, evidenciou-se que os professores não participam da formação continuada e que essa formação acontece “raramente”, na opinião da metade dos docentes. Essa constatação representa uma situação preocupante, na medida em que há uma necessidade da formação continuada ocorrer com todos os professores e de forma periódica. A referida formação é promovida pela Secretaria Municipal de Educação, através da Coordenação de Educação do Campo.

Por último, as estruturas da maioria das unidades escolares pesquisadas são inadequadas e não atendem às exigências legais e aos parâmetros teórico-metodológicos quanto a operacionalização do currículo adequado à realidade do contexto do aluno

onde as escolas estão inseridas. Nesse sentido, as estruturas físicas dos prédios e dos compartimentos dessas escolas são ultrapassadas. Não existem quadras de esporte ou outras alternativas de ambiente escolar destinados à participação dos alunos em esporte, cultura e lazer. Outro desafio a ser enfrentado e superado pelo sistema de ensino é que as escolas investigadas não dispõem de estrutura mínima para a implementação de projetos de interesse sócio-educativos, tais como: horta educativa, educação e cidadania, saúde e cidadania, meio ambiente e inclusão digital, etc.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos, da problemática e do objetivo que norteia o presente estudo, constatou-se que, apesar da maioria dos professores responderem de forma positiva sobre as questões formuladas, a prática educativa nas escolas do campo no município de Solânea não atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para as Escolas do Campo e aos novos modelos teórico-metodológico-curriculares adequados à realidade campesina dos alunos.

No cotidiano da prática pedagógica dos professores é evidenciada a falta de condições para o trabalho docente, na medida em que todas as salas de aula das unidades de ensino pesquisadas são multisseriadas, ocorrência da precariedade da infraestrutura física, ausência de estrutura que contemple o binômio espaço/tempo do aluno, tendo em vista a inexistência de áreas físicas destinadas à prática do esporte, da cultura, do lazer e da recreação.

Em relação às concepções da prática pedagógica veiculadas nas escolas investigadas, os professores adotam uma prática docente fragmentada, na medida em que há uma preocupação marcante dos professores em repassar conteúdos prontos e acabados como se a cabeça do aluno fosse depósito de conteúdo. Essa prática estimula uma educação para a permanência do quadro precário de condições de vida dos alunos, filho dos agricultores familiares das classes populares do campo, como se o docente fosse um elemento neutro e desvinculado do seu contexto e de sua realidade social. Em oposição à educação para a manutenção, é preciso que a prática educativa seja concretizada com ênfase na transformação da realidade social, ou seja, uma prática que

considere os valores e experiências de vida, o contexto onde a escola está inserida e os conhecimentos prévios dos alunos.

A visão de currículo adotada pelos professores é do tipo livresco e desvinculada da realidade dos alunos. Na prática pedagógica, os professores têm dificuldades em trabalhar o currículo de forma contextualizada, ou seja, através da articulação entre o conteúdo escolar (sistemizado) com os conhecimentos prévios dos alunos. O fato dos professores lidarem com classes multisseriadas no cotidiano de suas práticas pedagógicas dificulta o trabalho docente numa perspectiva de currículo contextualizado, na medida em que a orientação do sistema de ensino é priorizar tipos de aulas expositivas a partir da aplicação de exercício com base nos conteúdos orientados pela coordenação da educação do campo. Além desses desafios, há falta de material e equipamentos de apoio didático; área de esporte, cultura e lazer e; projetos sócio-educativos (horta educativa, meio ambiente, etc) a fim de que os alunos desenvolvam as aprendizagens cognitivas, afetivas e psicomotoras em relação tanto aos conteúdos como também no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades e da formação de atitudes e valores do aluno que se pretende formar e da transformação da realidade campesina.

Mesmo diante da formação continuada que é realizada pelas coordenação da educação do campo, a metodologia empregada pelos professores trata-se de uma questão extremamente preocupante; entretanto, no cotidiano da sala de aula ocorre com frequência à aplicação do método expositivo voltado para a memorização de conteúdos livrescos, com ênfase apenas na aprendizagem de conhecimentos. As unidades de ensino pesquisadas não dispõem de ambientes laboratoriais de aprendizagem que viabilize a assimilação ativa e significativa dos conteúdos, contribuindo para a realização das aprendizagens de conhecimentos, das competências e habilidades e da

formação de atitudes e valores. Mesmo diante dos desafios supracitados, as escolas investigadas estão inseridas em contextos formados por ambientes naturais (matas, córregos, açudes, barragens, plantações de culturas agrícolas, criação de animais, etc) que podem e devem ser utilizados como laboratórios para a realização de aulas de campo (aulas passeio), entretanto, os professores encontram dificuldades para realizá-las, tendo em vista que na visão do sistema de ensino, a utilização freqüente desse tipo de aula provoca prejuízo quanto ao cumprimento da sequência do conteúdo de cada disciplina.

Por último, sugere-se a implementação, por parte do sistema de ensino, de um Plano Municipal que contemple a implementação de um conjunto de ações voltadas para a formação continuada e a oferta das condições básicas mínimas para a realização da prática pedagógica dos professores (disponibilidade de materiais e equipamentos didáticos; metodologias e conteúdos adequados à realidade do campo, projeto horta educativa, projeto de inclusão digital, projeto saúde e cidadania e projeto sócio ambiental) e, conseqüentemente, a melhoria da aprendizagem do aluno, de acordo com a sua realidade campesina. Ainda em relação as sugestões ora apresentadas, é preciso que haja a continuidade do presente estudo.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, E. M. de. **Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa: normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos**. 2ª edição. 1ª reimpressão. UMA.2012.

ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis. Vozes, 2004. P. 133 -145.

BATISTA, M. S. X. **Movimentos sociais e Educação do Campo**: promovendo territorialidades da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: JEZINE, Edineide e outros (Orgs.). Educação popular e movimentos sociais. Dimensões educativas na sociedade globalizada. 1ª ed. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2008, v. 1. P. 19-50.

BRASIL. LDB nº 9394\96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** In: MEC/CNE/CEB. Brasília-DF, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação\ Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002.

BRASIL. **Educação do campo**: diferenças mudando paradigmas. MEC/SECAD. 2007, p. 12.

CALDART, R. S. **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. In: Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas. V.4. Brasília, 2002, p.25-36.

CARPANEDA et al. **Girassol, saberes e fazeres do Campo do 1º ao 5º ano**. 1ª edição. São Paulo, SP: FTD. 2012.

**Educação do Campo** – SECAD. Disponível em [www.mec.gov.br/secad](http://www.mec.gov.br/secad). Acessado em: 20.11.2005.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P.; CALDART, R. S. **Primeira Conferência Nacional de por uma educação do campo**. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA. M.C. Por uma educação do campo. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p.19-62

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 2005.

GOWDAK, Demétrio Ossowski. MARTINS, Eduardo Lavieri. **Girassol: saberes e fazeres do Campo**. Ciências.. 1ª ed. São Paulo, SP: FTD, 2012.

**II Conferencia Nacional de Educação do Campo**, 2004. Texto Base. Luziania-GO.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, SP: Cortez, 1994.

LIMA, E S. **Currículo e desenvolvimento humano**. In: Indagações sobre Currículo. MEC/SEB. Brasília – DF: 2008.

MARTINS, José do Prado. **Didática Geral**. São Paulo, SP: Atlas, 1985.

M.I.M. (ORG.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: autores associados; HISTEDBH, 2005. P.89-105.

MEC/SECAD. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**, 2007.p.12.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. 14ª ed. São Paulo, SP: Ática, 1191.

PRIBERAN. **Dicionário**. Disponível em: [WWW.priberan.pt/dlpo/educacao](http://WWW.priberan.pt/dlpo/educacao). Acesso em: 21.03.2014.

ROCHA, E.N.; PASSOS, J.C.; CARVALHO. Texto Base: **Educação do Campo: Um olhar panorâmico**. Proposições da II Conferência Nacional de Educação do Campo, 2004.

SANFELICE, J.L. **Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiografias**. In LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, 2005, p. 1091-1092.

SILVA, M. S.: **Educação do Campo e Desenvolvimento**: uma relação construída ao longo da história, 2004 (mimeo).

SOUZA, M.A. **Educação do campo**: proposta e prática pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, M.A. **Educação do campo**: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. Educ. Soc, Campinas, 2008: 1089 – 1111.

# APÊNDICE

APÊNDICE A  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:  
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES**

1. Identificação:
  - a) Tempo em que ensina no município:  
 de 18 a 30 anos  
 de 30 a 40 anos  
 acima de 40 anos
  - b) Se o professor mora:  
no campo  
 Sim  Não  
na cidade  
 Sim  Não
2. Qual o grau de formação do professor da Escola do Campo?  
 Curso Médio  
 Superior Incompleto  
 Superior Completo  
 Pedagogia  
 Licenciatura em Educação do Campo  
 Especialização
3. O professor tem conhecimento dos conceitos e diretrizes da Educação do Campo?  
 Sim  Não
4. Qual a sua concepção sobre currículo?  
 Matéria  
 Disciplina  
 Assunto  
 Conjunto de atividades didaticamente organizado

5. O currículo empregado nas escolas do campo e da cidade:
  - É igual
  - É diferente
  - Tem como base o livro didático
6. Quais os principais materiais utilizados no ensino?
  - Livro didático
  - Livro Didático do Campo
  - Revistas
  - Cartilhas do campo
  - Mapas
  - Laboratório
7. O currículo da Escola do Campo deve ser o mesmo utilizado pela escola urbana?
  - Sim  Não
8. O professor da Escola do Campo articula o conteúdo com a realidade do aluno?
  - Sempre
  - Às vezes
  - Raramente
  - Nunca
9. Você conhece o Decreto nº 7.352/2010 que versa sobre a Educação do Campo?
  - Sim  Não
10. Visão do professor sobre a melhoria da prática educativa após as Diretrizes Curriculares para as Escolas do Campo:
  - Melhorou
  - Permaneceu como antes
  - Piorou
11. Metodologia mais empregada pelos professores na prática pedagógica da Escola do Campo:
  - Método Expositivo
  - Método Grupal
  - Método expositivo + grupal

Aula passeio

Outro(a): \_\_\_\_\_

12. A LDB Nº 9.394/96 permite que a Escola do Campo utilize calendário escolar específico?

Sim  Não

13. O professor foi capacitado sobre diretrizes para as Escolas do Campo?

Há um ano

De um a três anos

Há mais de três anos

Nunca foi capacitado

14. O professor é contemplado com formação continuada sobre o tema Educação do Campo:

Sempre  Às vezes  Raramente  Nunca